



DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

2 a 6 de junho de 2025

Nesta Edição

- △ [Atividades da Confederação Assespro](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Principais Temas](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Internet](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)

Atividades da Confederação Assespro

Nesta semana a Confederação Assespro manteve uma **posição firme em defesa da liberdade econômica, da inovação tecnológica e de uma internet democrática, segura e participativa**. Em manifestações públicas amplamente repercutidas na imprensa nacional, a entidade **alertou para os impactos negativos do aumento do IOF**, que compromete a competitividade do setor de tecnologia e desestimula investimentos fundamentais para o avanço da inovação no Brasil. **Também posicionou-se contra um Projeto de Lei que ameaça a governança multissetorial da internet**, modelo internacionalmente reconhecido por garantir a participação conjunta da sociedade civil, setor privado, academia e governo na construção de políticas digitais inclusivas e sustentáveis. As ações da Confederação ganharam destaque em veículos de comunicação como o Correio Braziliense e a Jovem Pan, reafirmando seu **compromisso com o fortalecimento de um ambiente saudável para o desenvolvimento tecnológico nacional**.

Principais Temas

- **Kim Kataguirí apresenta projeto sobre Liberdade de Expressão Digital.** O deputado Kim Kataguirí (UNIÃO/SP) apresentou o [PL 2681/2025](#), que propõe **alterações no Marco Civil da Internet** ([Lei nº 12.965/2014](#)) e no Código Civil ([Lei nº 10.406/2002](#)), para garantir princípios, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil; disciplina a aplicação de medidas judiciais de restrição à liberdade de expressão e dá outras providências. A matéria aguarda despacho

da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para definição das comissões responsáveis pela tramitação.

- » O projeto propõe alterações na legislação atual para restringir a atuação do Poder Judiciário em decisões que envolvam a **remoção de conteúdos e a suspensão de contas em plataformas digitais**, exigindo **fundamentação clara, contraditório e decisão por órgãos colegiados**. Dentre os principais pontos do projeto: **(i)** garante que sanções contra provedores de internet só possam ser aplicadas com decisão judicial definitiva e participação do Ministério Público Federal; **(ii)** define critérios para sanções, como proporcionalidade, reincidência e boa-fé; **(iii)** veda censura prévia e restringe a suspensão de contas de usuários apenas a hipóteses excepcionais, como substituição de prisão preventiva; **(iv)** exige decisão colegiada para suspensão de contas, com prazo mínimo de 24 horas para cumprimento e direito à defesa garantido; **(v)** proíbe suspensão de contas de parlamentares, partidos políticos, candidatos, líderes religiosos, entre outros, de mandatos eletivos; **(vi)** limita os efeitos de decisões judiciais ao território nacional; e **(vii)** estabelece que provedores não respondem civilmente por conteúdos de terceiros, salvo ordem judicial específica e fundamentada.
- **Conselho gestor da Funttel aprova o Plano de Aplicação de Recursos do CPQD (2025-2027)**. Foi aprovado, através da [Resolução CGF nº 174/2025](#), o novo **Plano de Aplicação de Recursos da Fundação CPQD**, com financiamento do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (**Funttel**), estabelecendo **diretrizes para o investimento em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor**. A gestão será realizada por meio de convênios firmados entre o CPQD e a Finep, que atuará como agente financeiro responsável pela execução, monitoramento e prestação de contas. Os recursos, no valor total de **R\$ 58.972.724,35**, serão destinados a projetos estratégicos voltados a redes 5G e 6G, segurança digital, telemedicina com tecnologias emergentes, conectividade em áreas remotas, inteligência artificial generativa e estudos para redes futuras e gestão inteligente.
 - » A Resolução prevê flexibilidade na gestão dos recursos, com possibilidade de prorrogações e remanejamentos orçamentários, desde que **respeitado o valor total aprovado** e conforme o [Decreto nº 9.283/2018](#). O CPQD deverá **apresentar relatórios anuais de gestão ao Conselho Gestor do Funttel**, com destaque para resultados em inovação tecnológica, geração de conhecimento, produção técnico-científica e desenvolvimento de tecnologias comercializáveis, seguindo os indicadores de desempenho definidos na [Resolução nº 92/2012](#). Essa nova medida substitui a anterior, contida na [Resolução CGF nº 165/2023](#), atualizando o planejamento conforme as prioridades tecnológicas atuais do país e reforçando o compromisso com a inovação contínua no setor de telecomunicações.
- **FPCIBERSEG inicia atividades e debate impactos econômicos e sociais da insegurança digital**. A Frente Parlamentar de Apoio à Cibersegurança e à Defesa Cibernética (**FPCIBERSEG**) realizou reunião, na última semana, com o objetivo de formalizar o início das atividades do grupo e **debater os impactos econômicos e sociais da insegurança digital no país**. Participaram do encontro os senadores **Esperidião Amin** (PP/SC), presidente da Frente, **Sergio Moro** (UNIÃO/PR) e **Marcos do Val** (PODE/ES), além da deputada **Tabata Amaral** (PSB/SP), assim como representantes do **GSI**; do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (**MPMT**); da **ASSESPRO**; da **Abes**; da **Fecomercio-SP**; e do Instituto Nacional de Combate ao Cibercrime (**INCC**).

- » Durante a reunião, parlamentares, representantes do governo, setor empresarial e sociedade civil articularam uma série de propostas para enfrentar os crescentes desafios da cibersegurança no Brasil. Entre as principais medidas defendidas constam: **(i)** criação de uma agência nacional específica; **(ii)** a formação de centros de cooperação técnica entre Estado e setor privado; **(iii)** e o fortalecimento da capacitação profissional na área. Há consenso sobre a necessidade de uma **atuação suprapartidária e contínua do Legislativo**, com destaque para o Projeto de Lei que propõe a inclusão de temas como cibersegurança e inteligência artificial no currículo do ensino médio. Além disso, propõe-se uma **maior interlocução com entidades técnicas e o acompanhamento sistemático das iniciativas em andamento**.
 - » Também foram levantadas **preocupações sobre a vulnerabilidade da população brasileira**, especialmente idosos e crianças, diante de crimes digitais recorrentes. A proposta de criação de uma **CPI para investigar crimes cibernéticos** contra grupos vulneráveis ganha força. No âmbito do governo, destaca-se a atuação do Comitê Nacional de Cibersegurança, que criou grupos de trabalho para elaborar um plano nacional e regulamentar os Centros de Compartilhamento e Análise de Informações (**ISACs**). Já o setor empresarial alertou para a crescente incidência de ataques de *ransomware*, especialmente contra pequenas e médias empresas, e defendeu uma regulação baseada em risco e que promova a inovação. Confira [aqui](#) a Reunião completa.
- **STF retoma julgamento sobre responsabilização das redes sociais.** O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou nesta semana o julgamento que discute a **responsabilidade das redes sociais em relação a conteúdos ilegais gerados por usuários**. Este processo foi interrompido em dezembro passado após um pedido de vista do ministro **André Mendonça**, que agora devolveu o caso para análise e será o primeiro a se manifestar na sessão. A Corte avalia a constitucionalidade do Artigo 19 do Marco Civil da Internet ([Lei nº 12.965/2014](#)), que define os direitos e deveres no uso da internet no Brasil. Esse artigo estabelece que, para garantir a liberdade de expressão e evitar a censura, as plataformas digitais só devem ser responsabilizadas por conteúdos postados por terceiros se não removerem o material após ordem judicial.
- » O retorno do julgamento é visto como um passo crucial para definir os limites da atuação das redes sociais na moderação de conteúdos e o papel que desempenham na proteção da liberdade de expressão no ambiente digital. A decisão do STF poderá ter impactos significativos na forma como as plataformas gerenciam as publicações de usuários, estabelecendo um debate sobre as responsabilidades legais e éticas em um cenário de crescente preocupação com a disseminação de informações nocivas na internet. Com informações de: [Agência Brasil](#)
- **ANPD abre Tomada de Subsídios sobre dados biométricos.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) abriu, nesta segunda (2), [Tomada de Subsídios](#) sobre o tema **“Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis – Dados Biométricos”**, conforme previsto na Agenda Regulatória para o biênio 2025-2026 (Item 5), instituída pela [Resolução CD/ANPD nº 23/2024](#). A iniciativa, conduzida pela Coordenação-Geral de Normatização (CGN), visa coletar contribuições da sociedade para subsidiar a futura atuação normativa e orientativa da ANPD quanto ao uso de dados biométricos, categoria sensível de dados pessoais, conforme definido pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tomando como base [nota técnica](#) elaborada pela ANPD. A TS é composta por **18 perguntas, divididas em 5 blocos**, conforme detalhamento abaixo. As contribuições podem ser enviadas até 2 de julho de 2025, por meio do [link](#) da consulta Portal Participa + Brasil.

Internet

- **Realizada Audiência Pública sobre Cobrança por Geração de Tráfego na Internet.** A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para discutir o [PL 469/2024](#), que propõe **proibir a cobrança por geração de tráfego de dados na internet**. A proposta busca impedir a criação da chamada "taxa de rede", evitando repasses de custos ao consumidor e protegendo a competitividade do setor, especialmente os pequenos provedores. O autor do projeto, deputado do **David Soares** (UNIÃO/SP), defendeu a medida como uma resposta preventiva à atuação da Anatel. O relator **Fausto Pinato** (PP/SP) reforçou que o Congresso deve manter o protagonismo legislativo e prometeu apresentar parecer em breve. Durante a audiência, diferentes representantes se posicionaram. Entidades como **AIA** e **ABRINT** apoiaram enfaticamente o projeto, alertando para os riscos da adoção da taxa de rede à inclusão digital e à sustentabilidade dos pequenos provedores. Por outro lado, **Conexis** e **ABAR** defenderam o equilíbrio regulatório e a importância de viabilizar investimentos em infraestrutura, alertando para o aumento acelerado do tráfego de dados. Também foram levantadas propostas adicionais, como a portabilidade da fibra e a ampliação da conectividade rural, destacando a necessidade de uma deliberação célere e cuidadosa por parte do Legislativo. Acesse [aqui](#) o relatório da Audiência. Fonte: Foco - Relações Governamentais.

Segurança Cibernética

- **Ministério das Comunicações vai investir mais de R\$ 58 milhões em tecnologias de ponta para telecomunicações.** O Brasil destinará mais de **R\$ 58,9 milhões** à pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor de telecomunicações, com recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (**Funttel**), sob gestão do Ministério das Comunicações (**MCOM**). O investimento será direcionado ao **CPQD**, centro responsável pela execução de 9 projetos estratégicos voltados à criação de **soluções para gestão de redes**, segurança e privacidade na telemedicina, desenvolvimento de infraestrutura de **rede 6G com inteligência artificial e ferramentas de IA generativa** para empresas do setor. O objetivo é promover maior soberania tecnológica, apoiar a indústria nacional e garantir benefícios concretos à sociedade. Os projetos estão alinhados às políticas públicas e visam manter o Brasil na vanguarda tecnológica, promovendo avanços em áreas estratégicas como inteligência artificial e 6G. A atuação do Funttel, com recursos provenientes de contribuições do setor, tem papel essencial na inovação tecnológica, formação de profissionais, geração de empregos e no fortalecimento da competitividade da indústria de telecomunicações, especialmente para pequenas e médias empresas. Com informações de: [ASCOM MCOM](#)

Inteligência Artificial

- **Fórum Parlamentar do Brics debate sobre mulheres na era da Inteligência Artificial.** Nesta terça-feira (3), teve início no Congresso Nacional a programação oficial do **11º Fórum**

Parlamentar do BRICS, com destaque para a **1ª Reunião de Mulheres Parlamentares** do bloco. A sessão inaugural teve como tema: **“Mulheres na Era da Inteligência Artificial: Entre a proteção de direitos e inclusão feminina na economia digital”**, e abordou questões como a proteção de direitos e a inclusão feminina na economia digital, o papel das mulheres no enfrentamento à emergência climática e sua participação na agenda política do BRICS. O evento contou com a presença de autoridades brasileiras, como as senadoras **Leila Barros** (PDT/DF) e **Tereza Cristina** (PP/MS), as deputadas **Jack Rocha** (PT/ES), **Delegada Katarina** (PSD/SE) e **Iza Arruda** (MDB/PE). Também participou a embaixadora **Maria Laura da Rocha**, representando o Ministério das Relações Exteriores (**MRE**). Representantes dos demais países do BRICS também marcaram presença, entre elas **Sara Falaknaz**, do Conselho Nacional Federal dos Emirados Árabes Unidos (EAU); **Qian Fangli**, do Congresso Nacional do Povo da China; a deputada **Shabari Byreddy**, da Câmara Baixa do Parlamento da Índia; e **Mostafa Taheri**, da Assembleia Consultiva Islâmica do Irã.

- » Durante a Reunião **Leila Barros** (PDT/DF), destacou-se o papel do Brasil na presidência do bloco e a urgência de promover igualdade de gênero diante dos desafios da inteligência artificial (IA). Parlamentares e representantes de diversos países enfatizaram a exclusão digital das mulheres, os riscos da IA — como automação de empregos, violência online e viés de gênero — e a necessidade de políticas inclusivas. A deputada **Jack Rocha** (PT/ES) propôs um documento com metas concretas dos BRICS para uma revolução digital inclusiva. A embaixadora **Maria Laura da Rocha** reforçou a importância de regulação internacional da IA e do acesso das mulheres à economia digital. A deputada **Delegada Katarina** (PSD/SE) e **Sara Falaknaz** (EAU) defenderam a governança ética e a liderança feminina no futuro digital. Representantes da China, Índia e Irã apresentaram avanços e desafios nacionais, defendendo a participação das mulheres em STEM e o fortalecimento da cooperação internacional. A deputada **Iza Arruda** (MDB/PE) alertou sobre deepfakes e violência de gênero online, propondo diretrizes conjuntas. A senadora **Tereza Cristina** (PP/MS) concluiu destacando a inclusão digital das mulheres do campo, especialmente na agricultura 4.0. Acesse [aqui](#) o relatório completo da Reunião. Fonte: Foco - Relações Governamentais.

- **Comissão Especial sobre Inteligência Artificial recebe novos requerimentos.** Instalada no dia 20 de maio a Comissão Especial da Inteligência Artificial da Câmara dos Deputados já conta com mais de 74 requerimentos de audiências públicas. A comissão irá se debruçar sobre o [PL 2338/2023](#), oriundo do Senado e a expectativa é de que o texto seja modificado pelo relator, deputado **Agnaldo Ribeiro** (PP-PB). Visando apoiar o plano de trabalho foram apresentados requerimentos **sugerindo** o debate de **temáticas como**: Impactos da Regulação da Inteligência Artificial na Competitividade Brasileira; impactos sobre setores como saúde e educação; e Importância da auditoria algorítmica e da transparência sobre o funcionamento de sistemas de IA.
- **Avanço da IA exige legislação flexível, diz relator.** O senador **Eduardo Gomes** (PL/TO), que é o relator do [PL 2338/2023](#), que estabelece o **Marco Legal da Inteligência Artificial**, enfatizou a necessidade de uma legislação flexível para acompanhar o ritmo acelerado das inovações tecnológicas. Durante sua participação no Fórum de Seguros França-Brasil, realizado em Paris, Gomes destacou que o objetivo é criar um **arcabouço regulatório que proteja os cidadãos sem inibir a inovação**. Ele ressaltou que o modelo regulatório deve ser dinâmico, afirmando que “a legislação precisa ser viva, com revisão constante”, e criticou abordagens que se assemelham à elaboração de uma nova Constituição. Além disso, o senador explicou que o

debate sobre a inteligência artificial será **baseado nas agências reguladoras já existentes**, como o Banco Central, que continuará a regular a IA no setor financeiro, e a Anvisa, que fará o mesmo na área da saúde. Gomes alertou para a rapidez das mudanças nesse campo, indicando que o conhecimento dos especialistas pode se tornar obsoleto em poucos meses, o que reforça a necessidade de um sistema legislativo que possa se adaptar rapidamente às transformações. Essa estratégia visa garantir que a legislação não atrapalhe o avanço tecnológico, enquanto mantém um controle rigoroso sobre seu desenvolvimento e aplicação. Com informações de: [Poder 360](#)

Economia & Tributário

➤ **Publicada a lista de serviços qualificáveis ao regime das Zonas de Processamento de Exportação.** Foi publicada a [Resolução CZPE/MDIC nº 95/2025](#), que dispõe sobre os **serviços qualificáveis ao regime das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE)**, conforme previsto no § 6º do art. 21-C da [Lei nº 11.508/2007](#). A norma **aprova a lista de serviços**, com base na **Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS)**, que podem ser considerados qualificáveis ao regime das ZPEs. Entre os serviços incluídos na lista (Anexo I), destacam-se: **(i)** licenciamento de *software* e bancos de dados; **(ii)** serviços de pesquisa e desenvolvimento em diversas áreas (física, química, biotecnologia, TI, nanotecnologia, ciências médicas e agrárias); **(iii)** consultoria e serviços de engenharia; **(iv)** design industrial e de marcas; **(v)** serviços em tecnologia da informação (desenvolvimento, integração, hospedagem, manutenção, suporte e gerenciamento); e **(vi)** serviços de telecomunicações e transmissão de dados. A lista poderá ser alterada a qualquer tempo pelo CZPE, conforme o alinhamento com as prioridades governamentais de política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior. A aprovação de projetos de **empresas exclusivamente prestadoras de serviços para exportação**, para instalação em ZPEs, está **condicionada ao atendimento das normas e diretrizes da Resolução**.

- » A Resolução regulamenta um dos instrumentos previstos pela [Lei nº 11.508/2007](#), que passou a permitir que empresas prestadoras de serviços também sejam beneficiárias do regime das ZPEs, nas seguintes condições: **(i)** se vinculadas contratualmente a empresas industriais habilitadas e com projeto aprovado pelo CZPE (art. 21-A); e **(ii)** se forem exclusivamente prestadoras de serviços para exportação, com projeto aprovado. A lei define que os serviços abrangidos incluem P&D, engenharia, TI, design, marketing, transporte, ambientais, entre outros – e *que a lista oficial desses serviços deve ser fixada pelo CZPE com base na NBS, o que se concretiza agora por meio da [Resolução nº 95/2025](#)*.

Internacional

➤ **BRICS avança nas discussões sobre sustentabilidade espacial para ampliar inclusão digital.** O Grupo de Trabalho (GT) do BRICS sobre **Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)** finalizou, na manhã de segunda (2), as discussões sobre temas estratégicos para o futuro digital das nações e divulgou a declaração conjunta que busca melhorar, ampliar e democratizar a conectividade no mundo. A declaração final do GT do BRICS sobre TICs será debatida na cúpula que acontece nos dias 6 e 7 de julho, no Rio de Janeiro (RJ). O principal avanço foi a inclusão de um anexo relacionado à sustentabilidade espacial —

tema amplamente debatido nos últimos anos e que vem ganhando cada vez mais destaque nos fóruns internacionais. O *chairman* do GT, **Daniel Cavalcanti**, falou sobre o posicionamento do Brasil em relação à conectividade. “Temos uma agência de telecomunicações muito atuante na cooperação com vários países. Contamos com inúmeros programas que favorecem a inclusão digital, com um olhar diferenciado para as pessoas que mais precisam e para as regiões que mais necessitam de infraestrutura de forma justa, coerente e sustentável”, afirmou. Com informações de: [ASCOM MCOM](#)

- **Presidente da Anatel destaca necessidade de ampliar colaboração na UIT.** O Brasil sediou a **Reunião de Ministros das Comunicações do BRICS** no Palácio do Itamaraty, em Brasília, reunindo autoridades do bloco para concluir os trabalhos do Grupo de Cooperação em Tecnologias da Informação e das Comunicações (**TICs**). A delegação brasileira contou com a participação de representantes do governo federal, da Anatel e de centros de pesquisa, além da presença da União Internacional de Telecomunicações (**UIT**). Durante o encontro, foi aprovada a Declaração Ministerial, que reuniu discussões estratégicas sobre conectividade universal, sustentabilidade espacial e ambiental, e governança do ecossistema digital. Dentre os principais resultados, destaca-se o estudo brasileiro sobre **Conectividade Espacial Sustentável**, incorporado à declaração final, com foco no acesso equitativo aos recursos espaciais e ao uso pacífico do espaço exterior. A liderança brasileira enfatizou a importância do multilateralismo e da atuação estratégica nos fóruns internacionais, especialmente na UIT, com vistas à promoção de uma infraestrutura digital acessível, segura e inclusiva. A participação ativa do Brasil ao longo das reuniões e eventos do GT de TICs reflete seu protagonismo na agenda digital e tecnológica global. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

- **Espanha eleje Embrapii como porta de entrada para inovar com o Brasil.** A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), rede brasileira de inovação industrial, firmou uma parceria internacional com o CDTI, principal agência espanhola de fomento à inovação, abrindo caminho para que empresas dos dois países desenvolvam conjuntamente projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). A aliança viabiliza o compartilhamento de financiamento em até **50% dos custos dos projetos**, com possibilidade de testes e escalonamento na Europa, além de acesso à mentoria especializada e à ampla rede de 47 mercados da iniciativa Eureka, da qual ambos os países fazem parte.
 - » O acordo amplia a presença internacional da Embrapii e fortalece os vínculos industriais entre Brasil e Espanha, com foco em **áreas estratégicas como transformação digital, tecnologias de baixo carbono e recursos naturais**. O CDTI será responsável por promover o "*matchmaking*" com empresas espanholas complementares, enquanto a Embrapii oferecerá suporte às empresas brasileiras via suas ICTs credenciadas. A iniciativa representa uma oportunidade concreta para acelerar a inovação nacional com alcance global, em parceria com uma instituição que gere bilhões em recursos europeus e possui ampla capilaridade internacional. Com informações de: [Embrapii](#)

- **UE lança estratégia digital internacional com foco em IA, infraestrutura e governança global.** A União Europeia lançou uma **nova Estratégia Digital Internacional** com o objetivo de estruturar sua atuação global no campo da tecnologia e comunicação. Baseada em valores como democracia, privacidade e direitos humanos, a iniciativa visa posicionar o bloco como um parceiro confiável em um cenário geopolítico instável. A estratégia se sustenta em 3 pilares: **(i)** parcerias digitais; **(ii)** promoção de negócios tecnológicos; e **(iii)** regulação digital multilateral. A

proposta prevê investimentos conjuntos, públicos e privados, para apoiar a digitalização de países parceiros, com foco em infraestrutura crítica, inteligência artificial, identidade digital e segurança cibernética. Também estão previstas ações para **fortalecer a interoperabilidade digital**, facilitar o reconhecimento mútuo de identidades digitais e promover **normas internacionais que protejam direitos fundamentais online**. A Comissão Europeia reforça ainda que o apoio à segurança cibernética de países aliados será considerado parte da defesa estratégica do próprio bloco. A iniciativa utilizará o programa Global Gateway para viabilizar projetos em regiões-chave do mundo. Com informações de: [Tele.Síntese](#)

Administração Pública

➤ **Aprovada Política de Inovação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. A Portaria MGI nº 28/2025**, que aprova a **Política de Inovação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)**, no âmbito do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. A Política de Inovação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) estabelece diretrizes para fomentar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, promovendo o empreendedorismo e a formação de parcerias estratégicas. O ITI busca integrar empresas, ICTs e entidades privadas em projetos cooperativos, **visando à criação e difusão de tecnologias**, bem como ao desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores. Entre os principais objetivos da política estão: **(i)** incentivar ambientes propícios à inovação; **(ii)** estabelecer parcerias para geração de conhecimento e inovação; **(iii)** gerir a propriedade intelectual e estimular a transferência de tecnologia; **(iv)** fortalecer o Núcleo de Inovação Tecnológica (**NIT-ITI**); **(v)** compartilhar infraestrutura e conhecimento com terceiros; **(vi)** apoiar o empreendedorismo, inclusive de inventores independentes; e **(vii)** estimular a prestação de serviços técnicos especializados.

- » Além disso, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (**ITI**) está autorizado a estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para a realização conjunta de atividades de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação. A normativa permite ainda que o ITI participe de **forma minoritária no capital social de empresas**, como forma de fomento direto à inovação em produtos e processos alinhados à sua missão institucional, desde que seja elaborada uma política específica de investimentos, com critérios claros de governança e gestão de riscos.
- » Prevê ainda, o apoio direto a projetos de desenvolvimento e inovação tecnológica, com foco na manutenção da infraestrutura crítica e na criação de novos serviços digitais. A atuação internacional do ITI também é prevista, permitindo a promoção de suas atividades de ciência, tecnologia e inovação no exterior.

Agendas de Destaque

➤ A diretora de Governança e Indicadores de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (**MCTI**), Verena Hitner Barros, representou a pasta em dois importantes eventos realizados nesta terça-feira (3), em Brasília. As agendas, promovidas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (**Ibict**) e pela Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**Capes**), reforçaram o papel dos dados e da cooperação internacional no desenvolvimento científico e tecnológico do país.

- A ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação), chega à França nesta sexta (6), onde integrará a comitiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O principal objetivo da viagem é a participação na **3ª Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos** (UNOC), que será realizada na cidade de Nice.
- O ministro **Frederico de Siqueira Filho** (Comunicações), participou nesta segunda (2), em Paris (França), do **Seminário Franco-Brasileiro de Rádio e Televisão**. O evento, um dos mais importantes da área de radiodifusão, reuniu autoridades, especialistas e representantes do setor para debates estratégicos sobre a regulação do ambiente digital, o combate à desinformação e a inovação no setor de comunicações. Na terça (3) reforçou o compromisso do Brasil com o **desenvolvimento de políticas públicas digitais inclusivas e sustentáveis**. Durante encontro com representantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).